

# Escola Bíblica

Módulo 4 – Discipulado: Colocando a mão na massa!

Aula 06 – As tensões no caminho do discipulado II

www.ipbarreto.org.br/escola-biblica/



## Entre a Lei e a Graça

Estamos recorrendo a metáfora do discipulado como uma jornada, o trilhar de um caminho, e vemos que essa jornada não é um passeio, mas uma viagem com perigos reais e tentações ocultas. Primeiro, vimos que há uma disputa entre o Espírito e a nossa velha natureza, devemos alimentar nosso relacionamento com Deus de tal maneira que venhamos a viver no Espírito e assim ver o fruto do Espírito crescer em nossas vidas.

Além disso, essa é uma jornada com tensões, como se estivéssemos caminhando sobre uma passarela feita com um tronco de árvore sobre um precipício: temos de encontrar o equilíbrio pois disso depende a continuidade da jornada. Uma tensão importante no caminho do discipulado é a tensão entre Lei e Graça.

A relação entre a Lei e a Graça é com certeza uma das polêmicas mais longas na história da igreja, sendo alvo de inúmeros textos e discursos, com várias posições distintas. Foi um tema especialmente acalorado entre os reformadores, sendo que João Calvino dedicou boa parte de seu segundo livro das Escrituras para demonstrar a relação entre a graça e a lei.<sup>1</sup> Mas afinal, sobre o que estamos falando quando falamos sobre “Lei”? Seria os dez mandamentos? Esta lei é algo apenas do Antigo Testamento? Afinal, não estamos no tempo da graça?

Quando nos referimos a Lei estamos nos referindo a todas as instruções e prescrições que Deus revelou a Moisés por ocasião da saída do Egito, com uma porção sendo relatada em Êxodo 20-40 e outras porções longas em Levítico, Números e Deuteronômios. Por estar ligada aos livros cuja autoria é atribuída a Moisés, ouvimos ao longo das Escrituras a expressão “Lei de Moisés” (Jo 7.19).

João Calvino deu uma imensa contribuição na discussão sobre lei e sua relação com a graça ao discernir uma diferença entre a lei cerimonial e a lei moral: a lei cerimonial seria referente a todos os mandamentos contidos na lei de Moisés que previam dietas, dias santificados, festas e mais questões que seriam referentes ao sistema de sacrifícios do Antigo Testamento; a lei moral seria o código ético contido nos mandamentos e no espírito dos mandamentos, que foi expresso de maneira sintética nas duas tábuas contendo dez comandos de Deus para o seu povo.<sup>2</sup>

As leis cerimoniais e o código ético expresso pela lei moral compunham então a Lei de Moisés, que estava no centro da Aliança de Deus com seu povo. O que fica absolutamente claro no contexto da entrega da Lei e principalmente no livro de Deuteronômio é que o Eterno, que havia entrado em aliança com Israel e lhe dado sua Lei para que esta se tornasse agora o estilo de vida, de maneira que as nações pudessem ver que aquele era o povo do Eterno (Lv 20.7,8).

Por isso no Antigo Testamento o tema da obediência fica tão claro, que é o principal chamado do livro de Deuteronômio (Dt 26.16-19). Sobretudo, o chamado a obediência fica claro no famoso capítulo 28 de Deuteronômio, que mostra as bênçãos resultantes da obediência a Lei e as maldições resultantes da não obediência. Esta ênfase de Deuteronômio é tão forte que muitos autores defendem a chamada “Teologia Deuteronômista”, ou seja: o padrão expresso no livro de Deuteronômio teria moldado grande parte senão todos os livros históricos (Josué em diante, até os livros de Crônicas), no qual os historiadores teriam registrado o cumprimento do fato de que Israel foi abençoado enquanto era obediente, e sua obediência lhe trouxe sofrimento e dor.<sup>3</sup> Esta ênfase é perceptível no registro de Josué (especialmente no episódio da capa de Acã) e Juizes (nos episódios de idolatria seguida de opressão).

O tema da obediência a Lei perpassa todo o Antigo Testamento, mas será a partir do Concílio de Jerusalém relatado em Atos 15 que começa a haver uma distinção entre determinadas partes da Lei, pois a Igreja Primitiva tem o entendimento de que a parte cerimonial da lei tinha cumprido seu papel simbolizando e apontando para Cristo, mas que a partir da morte e ressurreição de Jesus a lei cerimonial já não deveria ser imputada aos cristãos. Esta decisão inclusive gerou um documento oficial da igreja para as comunidades de cristãos gentílicos. É importante notar que o colegiado apostólico deixa claro que essa mudança foi primeiramente um comando do Espírito Santo (Atos 15.28). É importante notar que essa distinção entre lei cerimonial e lei moral foi feita apenas após o advento de Jesus Cristo, pois antes tudo era “A Lei”.

<sup>1</sup> CALVIN, JOHN ; MCNEILL, J. T. (org.) ; BATTLES, F. L. (trad.): *Institutes of the Christian Religion & 2, The Library of Christian Classics*. vol. 1. Louisville, KY : Westminster John Knox Press, 2011

<sup>2</sup> CALVIN, JOHN ; MCNEILL, J. T. (org.) ; BATTLES, F. L. (trad.): *Institutes of the Christian Religion & 2, The Library of Christian Classics*. vol. 1. Louisville, KY : Westminster John Knox Press, 2011, Cap.VII

<sup>3</sup> DA SILVA, Cássio Murilo Dias. Deuteronômio, portal da história deuteronômista. Teocomunicação, v. 42, n. 1, 2012.

Fica então a questão: e a respeito da lei e a graça? É um fato que no Novo Testamento não há lei? Qual a relação entre a graça e a lei? Bem, para responder a esta questão primeiro devemos aceitar o fato de que há um bordão evangélico que afirma que “O Antigo Testamento é lei, o Novo Testamento é graça”. Alguns teólogos dirão que essa leitura é uma má interpretação dos escritos de Lutero e sua ênfase na justificação pela fé. No entanto, o fato é que precisamos considerar essa declaração com um senso crítico e bíblico.

O que fica claro no Antigo Testamento é que Israel não foi salvo pela obediência a Lei, mas pela graça. Sim, a história da redenção de Israel do cativeiro egípcio é uma poderosa ilustração pela qual o Eterno revelou sua salvação: Deus utilizou um libertador para conduzir seu povo da escravidão para a liberdade para encontra-lo pessoalmente e aprender a viver para a sua glória. Primeiro o Eterno abriu o mar ao povo e depois e lhe entregou a lei no Sinai e não o contrário! Se fosse uma salvação por obediência a lei, então Moisés receberia primeiro as tábuas e iria ao Egito ensiná-la, para apenas após a perfeição o povo experimentar a libertação, mas não foi assim! Salvação e então lei. Paulo deixa claro em sua epístola aos Romanos que a salvação é pela graça/fé ao reler a história de Abraão e afirmar de maneira clara que sua salvação não foi por qualquer obra pessoal, mas pela graça (Rm 4).

Primeiro a liberdade, depois a obediência. Isso parece bastante incoerente: libertar alguém para obedecer. Contudo Plantinga expressa de maneira fantástica: “Deus não salva as pessoas (da escravidão, da dependência química, do pecado e da vergonha) para depois liberá-las para que façam o que querem fazer, por que sem o direcionamento de Deus, fazer ‘o que queremos fazer’ é a receita para cair de volta na escravidão”.<sup>4</sup> Logo, Israel foi salvo pela graça – pelo amor fiel de Deus que não é baseado em merecimento – para então receber e viver a lei – uma vida moldada pela obediência a vontade santa do Criador.

Bem, o que podemos compreender? Primeiro, que Israel não foi salvo pela lei mas para a lei. Segundo, que a lei tinha a um só tempo dois propósitos: moldar a vida das pessoas e ao mesmo tempo deixar claro para elas que elas precisavam de um redentor, alguém que morresse por seus pecados pois a lei a um só tempo apontava o pecado e ao mesmo tempo previa e provia o mecanismo dos sacrifícios dos bichinhos que eram mediadores. Terceiro, a lei era uma consequência da graça e não sua causa, mas não poderia jamais estar ausente onde a graça estava presente.

Agora dê uma olhada no parágrafo anterior e faça a seguinte pergunta: não é verdade que tudo isso é verdadeiro para nós, redimidos em Cristo? Jesus deixa claro no sermão do monte que o discípulo do Reino é alguém que foi salvo para viver de maneira santa, obedecendo e cumprindo a vontade do Eterno (Mt 5.21-48). Ao final do sermão do monte, Jesus diz que muitos se aproximarão do trono do Eterno no dia final e ouvirão dele: “Afastem-se de mim vocês que praticam o mal!” (Mt 7.23). O termo que Jesus utiliza para “mal” é “*anomia*”,<sup>5</sup> que significa “sem lei”. Ou seja, todo aquele que clama ser aprendiz de Jesus mas não procura viver em obediência a vontade de Deus – que está claramente expressa nas Escrituras – de fato não é alguém sobre quem repousa a graça, pois a graça sempre toma a forma da lei. Ou seja: graça e lei são dois lados da mesma moeda, pois todo aquele que foi salvo pela graça e regenerado pelo Espírito de Deus deseja abraçar a vontade de Deus revelada na Escritura inspirada pelo Espírito.

Logo, afirmar que no Antigo Testamento não há graça e que no Novo Testamento não há lei é de fato uma declaração muito imprópria e que não compreende que tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento o trabalho de salvação do Eterno é um só: o Eterno salva pela graça por meio de Cristo Jesus, o Messias esperado para eles e revelado para nós, para que possamos viver sua vontade revelada nas Escrituras. É importante relemos os Evangelhos e todas as Epístolas e notarmos quantos imperativos eles contém, sobretudo os imperativos recíprocos nos quais somos comandados a amarmos uns aos outros (Jo 15.17). É claro que estas ordens não são opcionais, e portanto são comandos aos quais devemos obedecer.

Poucos teólogos demonstraram de maneira tão convincente o impacto de desconectarmos graça e lei como Dietrich Bonhoeffer. O trabalho mais famoso de Bonhoeffer é “*O Custo do Discipulado*”, publicado em 1939. Este livro é uma exposição e interpretação rigorosa do Sermão no Monte. A maior preocupação de Bonhoeffer é a graça barata, a graça que não exige obediência e portanto é diluída e insípida. Pela frase “*graça barata*”, Bonhoeffer quer dizer o consentimento intelectual a uma doutrina sem uma real transformação na vida do pecador. É a justificação do pecador sem as obras que devem acompanhar o novo nascimento: uma “graça” sem lei. Bonhoeffer diz da graça barata: “É a pregação do perdão sem requerer arrependimento, o batismo sem a disciplina da igreja, a Comunhão sem a confissão, a absolvição sem a confissão pessoal. A graça barata é a graça sem discipulado, a graça sem a cruz, a graça sem Jesus Cristo, vivo e encarnado”.<sup>6</sup> A verdadeira graça, segundo Bonhoeffer, é a graça que impulsiona ao discipulado: a uma vida moldada pela obediência a Jesus Cristo, uma vida que não é de graça barata e mero vínculo institucional mas de discipulado ativo. É aqui onde Bonhoeffer faz uma de suas mais duradouras afirmações sobre a vida do verdadeiro cristão. Escreve que “só aquele que crê é obediente, e só aquele que é obediente crê”.<sup>7</sup> Bonhoeffer acreditava que o ensino da graça barata era a ruína de mais

<sup>4</sup> PLANTINGA, Cornelius Junior. *O Crente no Mundo de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007, p.93

<sup>5</sup> STRONG, JAMES: *A Concise Dictionary of the Words in the Greek Testament and The Hebrew Bible*, 1.

<sup>6</sup> BONHOEFFER, Dietrich. *The Cost of Discipleship* – New York: Macmillan, 1960, p. 30

<sup>7</sup> BONHOEFFER, Dietrich. *The Cost of Discipleship* – New York: Macmillan, 1960., p.54

crístãos do que qualquer mandamento de realizar obras, demonstrando que no lugar da ênfase em salvação pelas obras que deu contexto a pregação da graça veio a graça barata, que não se conecta a lei.